ANO 6.º — Sexta-feira, 4 de Abril de 1913 — NUMERO 266

O DEMOCRATA

(A VENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . . . *Esc.* 1,20
Semestre . . . . « 0,60
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . . « 2,50
Avulso . . . . « 0,02
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO
(*)
Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA
Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

Congresso Republicano

As nossas saudações

A' hora que o nosso jornal fôr distribuido devem já entre nós demorar-se muitas das individualidades que honram ésta terra com a sua presença para o Congresso do Partido Republicano Português que aqui deverá ter principio ámanhã.

Tal facto acorda no nosso espirito fulgidas e entusiasticas lembranças déssas horas passadas em iguais demonstrações de luta e de vida, quando então batalhávamos numa ardencia febril, numa vertigem sublime, pela realidade da grande Ideia, pelo triunfo do imortal Principio!

Sentimos ainda na alma o frémito entusiasta com que sempre lutámos, acalentando no peito, como sacrário bemdito, a sublimidade déssa doutrina, que nos arrasta ainda, esfacelando as carnes, suportando injurias, por sobre todos os tropeços e espinhos, na estrada escabrosa da vida.

Hoje, como então, batalhâmos ungidos por este grande amôr que nos une e estreita á adorada terra portuguêsa e a ésta béla cidade, gloriosa patria de José Estevam, mãe adotiva de Sebastião de Magalhães Lima ao valor e esforços de quem, sem dúvida, deve a escolha com que neste momento vai ser honrada.

Pelejâmos animados pela mesma fé, em pról da grandêsa moral da nacionalidade lusitana, hoje liberta do cétro e da sotaina, mas não limpa e livre dos parasitas e energumenos que á Republica aderiram.

Lutâmos pelo completo e salutar triunfo da moralidade do novo regimen porque ele não póde tolerar, como bom, o que condenou como mau, o que apontou como indigno e criminoso ao povo, pedindo-lhe pela bôca dos seus mais denodados propagandistas, dos quais alguns em poucas horas aqui estarão, que os ajudasse a derrubar as nefastas instituições que viviam da crapula e do crime.

Empenhamo-nos para que se não continúe na prática de actos que são a desonra e o oprobio; no cometimento de acções que fôram a mortalha da monarquia e que, toleradas agora, mais do que isso resultam porque serão a mortalha da Patria!

Esforçâmo-nos, atravez de tudo e contra tudo, para que sejam destruidas as érvas daninhas, que, como o vil escalracho, pretendem de novo reverdecer, enraizando-se mortiferamente no tronco da nova arvore plantada e regada com o sangue generoso e bom do glorioso povo de Lisboa!

Assim procedemos porque temos a consciencia de que assim é preciso.

Neste tropél de entusiasticas adesões, tão faceis e prazenteiras na aparencia como falsas e cinicas no intimo, enfileiraram ao lado da Republica homens que não são para éla só um perigo mas são tambem uma vergonha. E' por isso que nos empenhâmos com igual ardôr doutróra no combate que ha seis anos aqui encetámos, áparte os esforços feitos em todos os campos de acção para que a Republica se dignifique escorraçando de si, do seu contacto, aqueles que, como falsos amigos, lhe estendem as mãos sujas e manchadas em todos os crimes, em todas as imoralidades!

Como o cidadão Alfredo de Magalhães, o velho lutador e intemerato democrata, grita e alarma o país denunciando crimes que pelas secretarías em Africa continuam a cometer-se, assim nós, na nossa esféra de acção, como simples soldado do mesmo exercito onde serve esse austero veterano, aqui vimos gritando e alarmando a cidade, todo o povo, emfim, contra a consumação de actos que são crimes, que são vergonhas e que dentro da Republica se pretende á viva força proteger cobrindo esse vergonhoso escandalo das isenções de mancebos do serviço militar, por dinheiro, praticados pelo medico miliciano Manuel Pereira da Cruz e defendido na câmara pelo deputado José Maria Vilhena Barbosa de Malhães, ambos transfugas de todos os partidos monarquicos e agora fervorosos partidarios da Republica a dentro do partido democratico!

Que profundissima vergonha!

Que ridicula e deprimente comédia!

E comtudo não fôram ainda difinitivamente sacudidos e expulsos das fileiras dos leais e velhos soldados republicanos!

Antes irêmos, qualquer dia, ao tribunal responder pelo crime de injuria e difamação ao mesmo tempo que um vergonhoso simulácro de sindicancia feito aos actos praticados pelo criminoso, se arquiva por falta de provas, ainda que néla ficasse indiscutivelmente consignado que tres oficiais, constituindo a junta medica inspeccionadôra, fizéram *caluniosa* e *falsa denuncia* contra o acusado!!!

Mas para se proteger aquele, não se procéde contra os oficiais que ficam expostos como caluniadores—RECONHECIDOS PELO GENERAL COMANDANTE DA 3.ª DIVISÃO MILITAR, QUE AO MESMO TEMPO NÃO RECONHECE O VALIMENTO DOS DOCUMENTOS AUTENTICOS E IRREFRAGAVELMENTE VERDADEIROS DENUNCIADORES DAS TRAFICANCIAS APONTADAS!

Acontece isto hoje, a dois anos de Republica. Com velhos republicanos?

Não. Não. Acontece com aqueles que, ardil e cinicamente, abandonaram a monarquia e vieram para a Republica, no desejo de manterem a mesma vida indigna de sempre.

E', pois, contra estes sintomas dum estado incontestavelmente grâve que alguma cousa deve saír e ficar do Congresso que daqui a horas deverá ter começo, para que ele signifique e traduza a lealdade e franquêsa em que se mantém o velho e historico Partido Republicano Português.

Que de tanto esforço provenha alguma cousa de util e proveitoso, em qualquedos campos da vitalidade politica.

Nesse desejo vão as nossas mais ardentes saudações a todos os congressistas, a todos os velhos republicanos de luta e aos novos que honrada e sincéramente dignificam as instituições.

Viva a Republica!

BEMVINDOS!

Chega no proximo domingo pelas 9 horas uma numerosa excursão de correligionarios nossos que do Porto vem a ésta cidade trazer com a sua presença mais uma nota de vibrante entusiasmo e de completa adesão á importancia do Congresso que terá nesse dia o proseguimento dos seus trabalhos.

E' éssa excursão a primeira que se realisa depois daquéla que ha tres anos, pouco mais, a monarquia, pelos seus serventuarios e adéptos, aqui hostilisou duma fórma grosseira e indigna, ajudada por todos quantos a serviam com a subserviencia de miseraveis, a obediencia de carneiros.

Encheu-se a cidade de tropa, fôram autorisadas as mais irritantes proíbições, fizeram-se capturas arbitrarias, chegando a mandar-se insultar e provocar, com a maior ofensa ao mais simples principio de cortezia, aqueles que, fóra da cidade, á margem da ria, em fraternal convivio, pacata e ordeiramente *lunchavam*, comendo dos seus farneis.

Sobre todos quantos constituiam o numeroso grupo que aí veiu—desde a dr. Alfredo de Magalhães, dr. Pereira Osorio e familias e tantos outros cidadãos de destaque até ao mais simples correligionario—foi despejado o vocabulario mais deprimente e insultuoso.

Bebedos, *gatunos*, *rameiras*, *papoilinhas*, *má semente*, tudo, tudo foi dirigido sem a mais leve consideração, por sobre cêrca de novecentas pessoas que, dentro do mais indiscutivel direito e da maxima ordem, aqui vieram fraternisar com os seus irmãos em ideias e em principios.

Mais do que ameaçados—impedidos pela força armada—os republicanos déssa data não podéram manifestar-se com o ruido que a situação exigia especialmente porque, dos nossos amaveis visitantes, veiu a suplica para que mais uma vez o Partido Republicano désse uma subida prova da compreensão dos seus deveres e do seu civismo.

Essa divida está ainda em aberto e chegando-se o momento proprio, dever de todos é pagal-a com galhardia indo á *gare* receber com o maior afecto e o maior entusiasmo os honrados portuenses que voltam a trazer-nos a nobre e viva demonstração de fraternidade, distinguindo Aveiro com ésta visita, que é mais uma nota de vida e de fé daqueles que estão prontos para todos os sacrificios e lutas pela Patria e pela Republica.

O Democrata saúda com todo o entusiasmo, sincéro e intimo, que provém da rigidez das suas crenças e da limpidez das suas convicções, os ilustres e devotados excursionistas, bemdizendo a hora da sua vinda, que, por cérto, se efectuará entre as palmas, os vivas e demonstrações deste povo generoso e bom a quem neste momento nada o impedirá de evidenciar a sua viva simpatia pelos ilustres visitantes.

O que se torna necessário será apontar aos que vem, áqueles a que outróra malsinando e injuriando-os, hoje terão, como costumam, o cinismo e o desplante de se misturarem com os que fôrem saudar, como tambem bons e leais republicanos.

Expulsemos do nosso seio esses miseraveis gritando:

Viva a Patria!
Viva a Republica!
Viva o Porto!
Vivam os excursionistas!

Manifestação liberal

Promovido pelo Directorio do Partido Republicano, realiza-se no proximo domingo um grande cortejo nacional de homenagem a José Estevam e aos Martires da Liberdade em que tomam parte os membros do govêrno, congressistas, excursionistas, etc., e para o qual tambem fôram espalhados convites pela cidade.

Deve ser um cortejo imponente, êsse, pelo numero e qualidade das pessoas que nêle se encorporam, pois jámais se poderá negar o quanto a nação respeita e venéra a memoria dos que pela Liberdade sofreram, combateram e morreram.

A hora marcada é para as 15.

Tiragem dêste numero---5:000 exemplares.

"O Mundo,,

Publicou este antigo diário republicano da capital o telegrama do dr. Marques da Costa e uma carta do sr. Barbosa de Magalhães sobre a debatida questão Pereira da Cruz, a que respondemos noutra parte dêste jornal, fazendo-a acompanhar das seguintes linhas:

Publicâmos estes dois documentos por consideração pelos sinatarios. O Mundo *é estranho á questão, que lamenta. E, como o sr. dr. Barbosa de Magalhães faz duras referencias a um jornal de Aveiro, devemos dizer que o seu director, sr. Arnaldo Ribeiro, é um velho e dedicado republicano que ao partido prestou valiosos serviços no tempo da monarquia.* O Mundo *abstem-se de intervir na discussão do caso Pereira da Cruz, mas deve esta explicação ao director do* Democrata.

Agradecendo as palavras de justiça com que o *Mundo*, repudia as insinuações insultuosas que nos são dirigidas pelo signatario da carta, temos, todavía, a observar que se prestámos serviços á Republica antigamente, agora ainda os continuâmos a prestar porque combatemos os elementos deletérios que para éla viéram eivados de vicios, que não só desonram quem os possue como os que os defendem e fazem todos os possiveis por encobril-os.

Por uma Republica moral foi que trabalhámos. Tudo o que não seja isso está longe de nos satisfazer e consequentemente de adquirir o voto do *Democrata*.

PELO CORREIO

Fez na semana passada entrega da direcção dos serviços telegraficos e postais deste distrito, o sr. José Francisco Paula Ataide, que cêrca de um ano foi quem néla superintendeu com toda a competencia e solicitude. O sr. Ataide vai servir numa dependencia da Administração Geral, como era seu desejo, felicitando-o por esse facto, ainda que sentida se torne a sua ausencia.

Investido do cargo de director dos correios de Aveiro encontra-se presentemente o sr. Aristides Nepomuceno da Luz Lobo, que temos já o prazer de conhecer, por ser quem, em tempos de vergonhosas e infamissimas perseguições, que injustificadamente originaram a saída de todo o pessoal daquéla repartição, para aqui foi nomeado, exercendo com superior critério as suas funções e deixando, quando da sua retirada, públicas e profundas simpatias.

Voltando agora a dirigir os mesmos serviços apresentamos-lhe os nossos cumprimentos fazendo votos para que se prolongue por largo tempo a sua proveitosa permanencia entre nós e o respectivo pessoal seu subordinado.

Dr. Marques da Costa

Tem passado encomodado de saude, o que bastante sentimos, este nosso presado e velho amigo a quem os republicanos de Aveiro estimam pelas muitas e bôas qualidades de que é dotado.

Desejâmos ardentemente as suas melhoras.

Aniversario de "O Democrata,,

Ainda sobre a entrada dêste jornal no seu 6.º ano de publicação o nosso muito presado colega da Guarda, *O Combate*, escreve:

"O Democrata,,

Passou ha dias mais um aniversario dêste nosso colega de Aveiro, um dos mais denodados lutadores da Republica, o valente que se ergueu como uma catapulta para inutilisar as arremetidas afrontosas de especuladores e indignos que teem proliferado na béla cidade aveirense.

Contra *O Democrata* teem-se armado ciladas, insidias e afrontas, teem-se arremessado pedras e lama, porém êle faz com que tudo isto se volte de ricochete, ferindo os proprios inimigos. E' que as armas da verdade e da justiça de que *O Democrata* se serve, servindo ideais nobres e aspirações alevantadas, são sempre invenciveis, são sempre vitoriosas. Póde um golpe traiçoeiro cortar as mãos que as impunham, como ao heroe de Santarem, mas fica ainda o grito de guerra para a chamada de outros combatentes e para o recuo dos traidores.

O valoroso colega, feito mais um aniversario, continua no seu posto.

Cumprimentâmol-o.

E nós agradecemos ao *Combate* as suas generosas palavras.

UMA QUESTÃO DE MORALIDADE

No Parlamento da Repüblica

agita-se de novo o caso das isenções militares, por dinheiro, de que temos acusado o medico miliciano Pereira da Cruz

A interpelação do deputado dr. Marques da Costa ao sr. Ministro da Guerra e a resposta dêste

Durante o debate---Ápartes e incidentes---Uma moção de Valente de Almeida---Discurso do dr. Francisco Cruz e a pretensa defêsa do criminoso por Barbosa de Magalhães

Como notas vibrantes dum clarim, ecoou no parlamento a voz da verdade pela bôca de quem déla em absoluto conhecedor assim como conscienciosamente convencido da monstruosidade dum processo, que é um vilipendio para o regimen, ali levou, com a convicção indestrutivel de quem cumpre um dever de honra, o seu protésto em nome da indispensavel moralidade das instituições que não pódem proteger infamias, nem tolerar traficancias.

Na defêsa deste principio sobejamente digno, elevadamente grande, o dr. Marques da Costa, secundado por outros seus dignos colégas, levantou com toda a hombridade o repugnantissimo escandalo Pereira da Cruz, escalpelando-o com a firmêza de quem tem a consciencia do seu dever, de quem cumpre uma missão de honra e de moralidade.

Reproduzimos a seguir o resumo da memoravel sessão parlamentar, publicado em boletim num diario da capital:

A' primeira chamada não respondem os deputados precisos para que haja sessão, e, ás 15 horas em ponto, o sr. **Pereira Victorino** lembra á presidencia que não ha tempo a perder. Faz-se então a segunda chamada, averiguando-se que estão presentes 70 legisladores. E os trabalhos principiam, sob a presidencia do sr. Nunes Godinho, pela leitura e aprovação da acta. Do governo comparecem os srs. ministros das finanças, interior, guerra e extrangeiros. Lê-se um parecer da comissão das infracções, dando como perdido o mandato dos deputados Caldeira Queiroz, nomeado director interino da Penitenciaria e Maia Pinto, nomeado governador da Huilla. Nesse parecer estabelece-se a doutrina de que todo o deputado perderá o seu mandato desde que aceite, sem licença da Câmara, empregos ou comissões remunerados. O parecer, que é deliberativo, não carece de discussão, devendo a sua doutrina atingir ainda outros deputados.

O sr. **Marques da Costa** refere-se ao que em tempos o sr. Francisco Cruz disse na Câmara a proposito de irregularidades praticadas em Aveiro pelo tenente medico miliciano Pereira da Cruz, acusado de ter isentado vários mancebos, na inspecção militar, por dinheiro. Consultou o processo que se refere ao caso e viu lá declarações de dois mancebos de Ilhavo e de Aveiro, comprometendo-se a pagar ao referido medico a quantia que se convencionasse. Nos autos ha ainda um depoimento que diz que o medico Cruz isentou um mancebo por 45$000 reis, depois de ter sido já presenteado pelo pae do rapaz. O orador lê ainda outros documentos que provam quanto foi escandalosa a intervenção do tenente medico Cruz e refere-se depois á intervenção das autoridades militares, perante as quais os mancebos isentos ou pessoas de suas familias confirmaram categoricamente as declarações primitivamente feitas. Mas, a cérta altura, os oficiais que trataram do caso receberam ordem para entregar o processo na 5.ª divisão militar, de onde o remeteram para Aveiro, ao comandante militar, coronel Feijó. Dali em deante, o processo segue tumultuariamente, conseguindo-se que os primitivos depoimentos se contradissessem, arranjando-se testemunhas cujos depoimentos, não tem dúvida nenhuma -são falsos. O coronel Feijó foi então interrogar a junta de inspecção, declarando alguns dos seus membros que os mancebos indicados como isentos, por dinheiro, confirmaram perante eles as acusações que ao medico Cruz eram dirigidas. E, todavia, apesar de tão categoricas afirmações, o sr. coronel Feijó não autuou, como era seu dever, o presidente da junta. Proseguindo, o orador cita diversos factos para demonstrar, em face do processo, que não faltaram subornos, violencias e traficancias de toda a ordem, não só durante as inspecções militares como depois, na organisação do processo, onde as falsidades pululam.

E, dito isto, o orador lê o relatorio elaborado sobre as declarações testemunhais, comentando-o em termos asperos e dizendo que das declarações referidas se tiraram ilações forçadas, pretendendo-se a todo o transe acumular provas sobre provas contra um tal Manuel da Silva, a fim de se inutilisarem afirmações feitas. No processo aparece um cabo de policia cujo depoimento é falso de principio a fim, por vários motivos e sobretudo por estar de serviço quando diz que presenceou vários factos a que se refere. Mas ao auto primitivo veiu juntar-se um segundo auto adicional, que mais concorre para baralhar o assunto, em vez de o esclarecer. E como o sr. Barbosa de Magalhães repetidas vezes interrompa o orador, em defêsa dum sr. dr. Soares, que tambem figura nos autos como acusado de ter isentado mancebos por dinheiro, o sr. Marques da Costa exclama, com violencia:

—Eu acuso com provas na mão e não me importa que sejam correligionarios ou não os arguidos. Esta é que é grandêza da democracia!

O sr. **ministro da guerra** diz que a justiça militar é independente como a outra e que o ministro não tem maneira de intervir no assunto, no qual sentenciou em ultima instancia o general da divisão. Não se escolheram oficiais para proceder á organisação do processo: o coronel Feijó era o oficial mais antigo de Aveiro, pertencendo-lhe, portanto, a ele efectuar a diligencia em questão. A sindicancia passou para as mãos desse oficial, em harmonia com principios militares intangiveis. O medico Pereira da Cruz não fazia parte da junta de inspecção, e a verdade é que todos os anos e em todas as sédes da junta de inspecção se erguem conflitos désta naturêsa, em virtude de aparecerem sempre, em volta déssas mesmas juntas muitos industriais ou *industriosos*, que procuram comprometer as mesmas juntas, sem a maior parte das vezes terem com élas a menor relação.

O sr. **Valente de Almeida** requer a generalisação do debate, o que é aprovado.

O sr. **Marques da Costa** explica ao sr. ministro da guerra que já sabia a resposta que receberia da sua parte, mas não compreende como diz que o sindicante não foi escolhido de proposito, quando se substituiu, sem motivo, o major sindicante por um coronel. Mas o que s. ex.ª não podia dizer é que o medico Pereira da Cruz não era medico militar porque o sr. ministro da guerra, que o antecedeu, promoveu o processo por infidelidade no serviço militar e dizer o contrario é fazer-lhe uma grave ofensa. Além de tudo, ele, orador, declarára que havia irregularidades no processo e o sr. ministro da guerra dizendo que élas não existem quando estão bem patentes, é fazer-lhe uma injustiça que não meréce.

A verdade, se não vencer agora, vencerá mais tarde.

De resto o medico militar Zeferino Borges está disposto a dizer a verdade quando o chamarem a isso.

O sr. **ministro da guerra** responde que o sr. Marques da Costa não interpretou bem as suas palavras, E' apenas um fiscal, da lei e, como tal não lhe compete intervir na organisação dos processos militares, nem nos actos dos seus subordinados. O que lhe cumpre é zelar pela integral execução da lei. O despacho do general de divisão é irrevogavel.

O sr. **Marques da Costa** volta a usar da palavra para insistir nos primitivos argumentos e para aduzir outros, tendentes a provar que o processo foi organisado tumultuariamente, sendo condenado quem jámais o devia ter sido.

O sr. **Francisco Cruz**, que se segue no uso da palavra, ataca tambem a maneira como se procedeu no levantamento do auto que se prende com este caso, condenando sobretudo a substituição do primeiro oficial sindicante.

Termina pedindo ao sr. ministro da guerra que faça reviver o processo.

Segue-se o sr. **Valente de Almeida** que ataca tambem o procedimento do medico Pereira da Cruz e manda para a mêsa a seguinte moção:

«A câmara considerando que ha obscuridades a apurar no auto contra o medico militar Pereira da Cruz, espera que um novo auto se faça esclarecendo em todos os seus pontos a acusação.»

O sr. **Barbosa de Magalhães** afirma que todo o processo assenta numa cabala, preparada para prejudicar as pessoas que no processo figuram como arguidas. As questões de moralidade teem de ordinario duas bandeiras—uma para cobrir os acusados e outra para acolher os condenados. Historia o que se tem passado com a politica de Aveiro e diz que ha ali quem não poupe ninguem nas campanhas de descredito que promove. O processo não tem a menor consistencia.

O sr. **Marques da Costa** volta ainda a usar da palavra. Insiste no ataque justificando ao mesmo tempo o seu procedimento, ao levantar ésta questão de moralidade.

O sr. **Carvalho de Araujo** requer que seja dada a materia por discutida, sem prejuizo do orador inscrito (o sr. Brito Camacho).

O sr. **Valente de Almeida:**

—O' sr. presidente: eu estou inscrito?

—Não senhor.

O sr. **Valente de Almeida:**

—Mas eu pedi a palavra ha mais de meia hora. Invoco o testemunho do sr. Men es de Vasconcélos. Se não estou inscrito é porque não querem que eu fale e nesse caso vou-me embora.

O sr. **Carvalho de Araujo:**

—Como o sr. Valente de Almeida diz que se vai embora, não quero ser o culpado da sua retirada e por isso requeiro sem prejuizo dos oradores inscritos.

O sr. **Alvaro Pope:**

—V. ex.ª diz-me quantos oradores estão inscritos?

O sr. **presidente:**

—Estão inscritos os srs. Brito Camacho, ministro da guerra e Valente de Almeida.

O sr. **Alvaro Pope:**

—Nesse caso nem é preciso votar a requerimento. Ninguem mais se inscreve.

O sr. **Carlos Olavo:**

—Em todo o caso é melhor votar já o requerimento antes que alguem peça a palavra.

O sr. **presidente.**

—Tem a palavra o sr. Brito Camacho.

O sr. **Fernando de Macedo:**

—Peço a palavra.

O sr. **presidente:**

—Não posso dar a palavra a v. ex.ª depois do requerimento do sr. Carvalho Araujo.

O sr. **Fernando de Macedo:**

—Mas o requerimento já foi votado?

O sr. **presidente:**

Já, sim, senhor.

Vozes:

—Não foi. Não foi.

O sr. **presidente:**

—Bem. Se não foi, vota-se agora, Os srs. deputados que aprovam o requerimento do sr. Carvalho Araujo para se dar a materia por discutida sem prejuizo dos oradores inscritos até ao momento do requerimento tenham a bondade de se levantar.

Vozes:

—Não pode ser. Não pode ser.

O sr. **presidente:**

—Está aprovado o requerimento.

O sr. **Fernando de Macedo:**

—Eu estou inscrito?

O sr. **presidente:**

—Sim, senhor.

O sr. **Alvaro Pope:**

—Não se póde riscar ésta sessão? Se podesse eu fazia um requerimento neste sentido.

O sr. **Brito Camacho** acha que, questões como a que se está tratando, nunca deveriam trazer-se para a câmara.

O sr. **Marques da Costa:**

—Não? Nesse caso retiro-me, porque não tenho aqui que fazer!

A seguir, o deputado, dirigindo-se para a sua cadeira, violentamente, péga no chapeu e em vários papeis.

Está visivelmente exaltado. Vários deputados correm para ele, emquanto o sr. Brito Camacho explica as suas palavras.

O sr. **Francisco Cruz:**

—Eu ainda aqui estou!

O sr. **Marques da Costa:**

—Quando se trata de votos póde gastar-se tempo!...

O sr. **Barbosa de Magalhães:**

E ésta de votos é!

O sr. dr. **Brito Camacho**, continuando faz várias considerações sobre a maneira como, por causa do incidente tem decorrido a sessão. Tratando propriamente do assunto diz que para orientar o seu voto, caso tenha de haver qualquer votação, deseja que o sr. ministro da guerra esclareça alguns pontos da questão, se para isso se considera habilitado. Um desses pontos, ao qual o sr. Marques da Costa se referiu, não póde deixar de merecer reparo. Trata-se da substituição do primeiro oficial sindicante, o major Ferreira, por outro oficial. Não ha dúvida de que os regulamentos militares não permitem que qualquer oficial sindique sobre actos de oficial de patente superior; mas parece que esse caso não se tinha dado ao tempo em que o sr. major Ferreira foi substituido. Finalmente, deseja ouvir as explicações do sr. ministro da guerra, para se orientar.

O sr. **ministro da guerra** novamente declara que não tem ingerencia no assunto, acrescentando porém estar cérto de quo em vista do incidente levantado na câmara o general da 5.ª divisão procederá conforme a sua consciencia lhe dictar, sem ser precisa qualquer insinuação da sua parte.

Quanto ao facto de ter sido substituido o primeiro oficial encarregado da sindicancia ele é perfeitamente justificavel, porque esse oficial tinha de ouvir durante o seu inquerito outros oficiais de categoria superior á sua, o que é contrario aos regulamentos.

O sr. **Valente de Almeida** revolta-se contra o facto de se haver dito tratar-se apenas duma questão pessoal ou de uma cabala arranjada para prejudicar individuos.

Defende a justiça militar, e termina por retirar a sua moção.

O sr. **Fernando da Cunha Macedo** elogia o primitivo sindicante que diz ser um homem cheio de brios.

O debate é encerrado nésta altura sem outro incidente, passando-se á ordem do dia.

Foi encerrado, é cérto, o debate sem outro incidente mais do que a prova durante ele esmagadoramente feita por Marques da Costa. Mas o que desse debate resultou ecoando em todo o país e reflétindo-se nos corações de todos os bons republicanos, é que não diz esse relato.

Dizemol-o nós. Dizemol-o com a magua que sempre resulta de vêr alguem não corresponder ao cumprimento rigoroso do seu dever.

Não aludimos ao sobrinho Barbosa de Magalhães, defendendo o tio culpado, Pereira da Cruz.

Referimo-nos ao sr. ministro da guerra que independente da sua pobrissima argumentação, que mais parece protectôra do acusado do que nascida da rigorosa verdade das cousas, tão cêdo se esqueceu do quinhão de responsabilidade tomada na declaração ministerial quando da apresentação do atual govêrno. Pela bôca do seu chefe foi afirmado que seriam avocados todos os processos de sindicancia e seriam feitos outros se necessários fôssem.

Se o primitivo processo está liquidado, ordene s. ex.ª a formação doutro onde se possam esclarecer os erros, as irregularidades e as ilegalidades cometidas e apontadas á câmara, á nação.

E' quanto lhe impõe o seu dever de soldado e ministro da Republica.

Excursão do Porto

Por comunicação recebida da capital do norte espera-se que chegue no domingo ás 9 heras, em comboio especial, a excursão promovida pelo *Centro Democratico de Campanhã*, e que promete ser uma das mais brilhantes que até hoje se tem realizado.

No dia 30 do mez findo estivéram em Aveiro os nossos correligionarios srs. Valentim Pinto Ferreira, José Joaquim Pereira, Manuel Alexandre Lima e José Cardoso Sampaio Lima que viéram tratar de assuntos que se prendem com a visita dos republicanos portuenses, ficando assente que estes sejam festivamente recebidos na estação do caminho de ferro pelo *Centro Republicano de Aveiro* e outras colectividades, que para esse fim vão ser convidadas.

A receção, por todos os motivos, terá de ser grandiosa visto o entusiasmo quo se nota em toda a familia democratica.

Aos nossos correspondentes

Devido á grande abundancia de original que temos tido e aos assuntos da atualidade que não pódem ser postos de parte, resultou retardarmos a publicação de algumas correspondencias que por isso perderam já toda a sua oportunidade.

A esses nossos obsequiosos colaboradores pedimos, portanto, desculpa da inutilisação dos seus ultimos escritos, rogando-lhes, porém, que continuem a mandar as suas informações tão resumidas quanto possivel de modo a caberem nas acanhadas dimensões do *Democrata*.

CARTA

—==(*)==—

Meu amigo:

Peço a publicação do que muito resumidamente se segue visto que não desejo tomar espaço e ainda porque não vale a pena gastar cêra com ruins defuntos, *como atiladamente recomenda o velho adagio popular.*

O sr. Barbosa de Magalhães numa carta que em diversos jornaes publicou, lembrou-se da minha humilde individualidade, para sobre éla lançar, com toda a consciencia do seu acto, caluniosas referencias.

O sr. Barbosa de Magalhães sabe muitissimo bem que eu não fui duas vezes sindicado. Todas as pessoas désta cidade, assim como êle, conhecem da razão que originou a unica sindicancia de que resultou a minha transferencia e sabem tambem que requeri, e os meus colégas atingidos, a revisão dêsse mesmo processo, verdadeiramente monstruoso, no qual, aos acusados não lhes foi permitido dar uma só testemunha de defêsa!

E' a éssa revisão que o sr. Barbosa de Magalhães chama segunda sindicancia?! Não é, por certo. Disse assim por que calculadamente o quiz dizer, pois o sr. Barbosa de Magalhães conhece por completo a rigorosa verdade dos factos. Se porém duvida do que aqui digo leia o Diário do Govêrno, *n.º 55, de 7 de março do ano findo.*

O sr. Barbosa não contente, todavia, em deturpar a realidade, pretende ainda com tal referencia menoscabar e deprimir a minha pobre pessoa. Nêsse momento infeliz não se lembrou que na familia tem parente bem proximo que já foi cinco ou seis vezes sindicado!

Faça-lhe o paralelo.

Quanto á falta de cotação social *que o sr. Barbosa em mim reconhece, associei-me aos que se riram com a curiosa descoberta do talentoso advogado e... rime tambem!*

Amigo e obrigado

1—4.º—1913.

Alfredo Cezar de Brito

Nos bastidores de S. Bento

—==(*)==—

Com este titulo, o diário lisbonense *Novidades*, publicou no sábado este curto, mas edificante *suelto*:

«A sessão de ontem na Câmara dos Deputados foi interessante sob muitos aspectos.

O sr. Marques da Costa, fogoso deputado democratico, levantou uma questão de moralidade, mas teve o desgosto de vêr pronunciar-se contra êle muitos dos seus correligionarios. O sr. Barbosa de Magalhães castigou severamente o seu coléga, que (não é inoportuno acentual-o) foi sempre republicano, tendo sacrificado pelos ideais que defendeu muito dinheiro e a parte mais bela da sua mocidade. Outros deputados democraticos não perdoaram ao sr. Marques da Costa a audacia de vir perturbar os arranjos partidarios.

O procedimento do sr. Marques da Costa foi extremamente correcto. As suas palavras ecoaram agradavelmente nas galerias. Mas o ilustre deputado foi vencido. Nem podia deixar de o ser, porque se esqueceu de manejar a intriga e preferiu levar á Câmara, com coragem moral digna de registar-se, uma questão que nunca lá será resolvida. Se em vez de fazer o que fez tivésse recorrido á intrigasinha partidaria talvez vencesse os seus inimigos. Assim, não. Será vencido. Honrosamente vencido, se quizer, mas será vencido.»

E' incontestavel. Nós, Marques da Costa e todos quantos teem pugnado por que justiça, só justiça se faça no caso de moralidade que se debate, estâmos na contingencia de ser vencidos. Contudo a verdade é aquéla que apregoâmos e éssa hade repercutir em todos os recantos do país, soprada com alma, ungida pela crença dos sincéros republicanos que lhe prestam culto.

Louvavel resolução

A competente autoridade policial determinou que fôsse proíbido o transito de carros pelas ruas que correm paralelos á feira, medida que foi sem duvida tomada por o sr. Antonio Teixeira ter sido, no domingo passado, testemunha ocular de quanto era perigoso e dificil o transito de carros naquélas imediações.

Louvando a iniciativa do digno comissario de policia, fazemos votos para que duma vez para sempre fique assente tão acertada determinação.

Visitas

Viéram a Aveiro e tivéram a amabilidade de visitar-nos os nossos amigos srs. João dos Santos Barbosa, industrial em Setubal; Manuel Antonio Ferreira Pires, da Povoa de Forno; José Pinheiro de Almeida, de Ois da Ribeira e David Bernardo, digno chefe da estação do caminho de ferro de Alfarélos.

Os nossos agradecimentos a todos.

AOS EXCURSIONISTAS DO PORTO

Como fôram recebidos pelo "Campeão das Provincias,, orgão em Aveiro do sr. dr. Barbosa de Magalhães, os republicanos que em 1909 nos visitáram

Outras manifestações de acentuada vassalagem realenga

«Afinal, o batalhão expedicionario aos *pinheiraes da Gafanha rentes ao mar*, não chegou a lançar a pedra fundamental da *patria nova* nésta *formosa e livre cidade dos canaes.*

Quem julgou vir assistir áquéla terrivel cêna de sangue que havia de *destruir a monarquia por um implacavel ataque dos que não são sectarios nas patrioticas vontades apostadas*, enganou-se.

Os homens da *papoila*, *o feio bicho que as mulheres julgam comestivel,* chegaram, apearam-se, sacudiram o pó da estrada, e internaram-se... nas *egrejas.*

Aqui de fronte, que reinação! Por aí a baixo, nem uma *capela* sem romeiros, nem uma *ermida* sem devotos!

Ah! que se a Republica tivera para esses a fórma dum tonél, estava conquistada!

*

Ao contrario do que se fez correr, a autoridade não proíbiu nem o cortejo-funebre pelas ruas da cidade, nem o passeio-alegre pela ria. Tão pouco mandou fechar as valvulas á verborrêa, á eloquencia, á oratoria dos ilustres paladinos da *gloria da purpura batida do oiro fôsco do sol num poente de incendio.*

Recomendou-lhes prudencia, mandou acompanhar o séquito de algumas praças de policia como garantia contra a eventualidade de algum sorriso escarninho dos espectadores, e não ordenou a assistencia da guarda municipal á merenda da Gafanha, por que os habitantes do logar se encarregaram de fazer conter os merendeiros na ordem.

Viéram do Porto 30 guardas sob a direcção dum chefe de esquadra, e 20 soldados da guarda municipal a cavalo sob o comando de um tenente.

Seis dêles conteriam a onda invasôra, se em impertinente provocação derivassem os seus propositos.

Veio tropa de mais. Aquilo é gente pacifica. Se lhe perguntarem o que entende por Republica, não o saberá dizer.

Ora, franquêsa franca: então é com elementos désta especie que se pensa em implantar a Republica em Portugal?

Coitados dêles, que se limitam a escrever peças como a da *Papoila*, a agitar a bandeirinha vermelha e verde com esfera azul ao centro, e a pregar *cravos de fogo nos afogueados torrões!*

Se não fôra terem deixado viscoso rasto pelas ruas, no dia imediato, quando a população acordou para o trabalho no sábado interrompido, nem já recordaria a sua passagem.

*

Um dia bom, aquêle. Por isso o meteram em casa...

Foi, de facto, um grande dia, um bélo dia, um dia soberbo, iluminado do sol, banhado de luz. A ria, um lago. A paisagem, um encanto.

Apezar disso a *merenda* meteu nuvens.

Era de esperar: a Gafanha recebeu os hospédes victoriando o monarca e a monarquia. E a surpreza levantou o arraial.

Foi assim bem. Os romeiros ergueram-se apressados, levantaram as sobras dos farneis, e voltaram *sangrando o carmim na côr com que as noivas endeusam um beijo da aurora.*

Não chegaram a *pintalgar de protestos vermelhos o enjoativo lourejar dos trigaes*. Mas *carregaram com um titulo florido na haste do artigo.*

Que mais queriam dêles? Que *ensanheriassem a flôr azul dos misticos ermitões e dos hervanarios politicos?* Que *entresachassem a prosa em perfumes espessos?* Que *vertessem lagrimas soporiferas—o opio?*

Fizeram até *borbulhar a inspiração á flôr da péle e suspirar as donas com a ternura a boiar-lhes nos olhos á flôr do rosto.*

Mas, coitados, não fizeram mais nada. E se nem isso lhes deixassem fazer, que aborrecida, que estupida a vida lhes correria!

*

Bem andou, pois, a autoridade permitindo-lhes tudo o que de justiça era. Demasias, não. Essas levaram alguns dêles a sofrer uns ligeiros momentos de reclusão entre baionetas. **Foi pouco.** Êles queriam mais para terem direito... á corôa do martirio. Tambem esperavam palmas, palmas em flôr.

Ora a cidade é que não correspondeu á espectativa. Não se *apressou para os receber com musicas nem com girandolas de morteiros estoirando no ar.* Deixou-os vir, deixou-os ir... a *sonhar mundos de diamantes e vidas de imortal ventura*, na santa paz do Senhor, por esta vez.

Recebeu-os não diremos com hostilidade, que não está nos seus habitos de generosa cortezia. Mas com a mais completa e mais frisante indiferença, desinteressando-se absolutamente da jornada déssas *centenas de homens e mulheres trazidas no ventre da locomotiva para a romagem de propaganda e confraternisação á velha cidade de José Estevam.*

Um pensamento unico a dominou: guardar as searas para evitar a destruição... das *papoilas*».

(Campeão das Provincias,
de quarta-feira 23 de junho de 1909.)

PROSEGUINDO—A VISITA DE D. MANUEL AO NORTE

«Vem aí el-rei. Chama-o ao norte a festa com que o Porto e Amarante vão comemorar o centenario de uma gloriosa campanha nacional: a *Guerra peninsular.*

Estão já determinados os dias da partida e do regresso, e em ambos êles o augusto chefe do Estado tem paragem em Aveiro.

Não sabemos que recéção se lhe prepara. E' natural que a Câmara Municipal, como legitima representante do concelho, tome a iniciativa e promova o que é do seu dever e decérto do seu desejo.

E' preciso, entretanto, alguma coisa mais: que se faça interessar no brilho da recéção toda a cidade, não vá dizer-se lá fóra que **da semente damninha aí trazida ha alguns dias, um grão que fôsse germinou.**

Não ha tal. O mau vento que a trouxe esse mesmo a levou. Levou-a como a trouxera: **incapaz de produzir, infecundavel em terreno como o nosso onde são cada vez mais vivas, onde cada vez mais se avigoram as crenças e a fé monarquica.**

Licenciem-se os operarios, abram-se as portas das repartições, deixe-se a todos livre a passagem para a *gare*, onde tantos correrão a ac lamar, a vitoriar el-rei.

Mais do que nunca essa afirmação de principios é necessaria agora.

Que á passagem do monarca se dê livre expansão á alma popular, e findará o pretoxto para se dizer de simples aparato oficial a festa para que todos concorrem sempre **com tão grande dedicação».**

(Campeão das Provincias,
de quarta-feira 30 de junho de 1909.)

VIVA EL-REI!

CAMPEÃO DAS PROVINCIAS

VIVA EL-REI!

Quasi se póde dizer désta segunda visita de el-rei ao norte o que se disse e realmente foi a primeira do seu auspicioso reinado, em novembro ultimo.

Acolheu-o, no percurso, o ruido das saudações populares, numa viagem feliz, de verdadeiro triunfo para a monarquia, que o augusto chefe do Estado simbolisa.

O Porto, a cidade heroica, heroica defensora das liberdades patrias, mais uma vez recebeu o soberano com as cativantes homenagens e demonstrações de aféto á corôa portuguêsa, que são dos seus habitos fidalgos e da sua dedicação ao trono, que não perde um ensejo de aproximar-se do povo e de manifestar-lhe, por seu turno, o seu respeito e seu amor por esse mesmo pôvo, tão bom, tão generoso, tão grande ainda.

Néssa feliz viagem, a que el-rei veio por motivo duma festa patriotica, pois se solenisavam brilhantes episodios da nossa epopeia militar, mais uma vez o soberano têve ocasião de apreciar o enternecido carinho e a respeitosa simpatía das grandes massas populares do norte a sul do país.

Em Aveiro sucedeu o que era de prever. A noticia da passagem de el-rei trouxe aí centenas de pessoas que de todos os pontos do concelho e de muitos do distrito correram a patentear-lhe **a sua calorosa adesão,** a vitorial o, a dizer-lhe, por maneira evidente, da sua satisfação, **das suas crenças na monarquia constitucional,** que êle representa. A *gare* encheu-se, apinhou-se de gente, em larga representação de todas as classes sociaes, avultando, entre aquéla massa enorme, que se comprimia, o povo da cidade e das aldeias, que precisava fazer naquéla eloquente afirmação de princípio, **o desmentido soléne que fez dos falsos pregões da demagogía decadente.**

A' passagem de el-rei, nos dois dias em que éla aí têve logar, ninguem faltou. Fizeram-se ouvir os hinos festivos, estoiraram os foguetes e os morteiros, mas a vibração das aclamações populares, o ruido daquéla saudação calorosa, sobrexcedeu, sobrelevou tudo isso. El-rei sorria á multidão, satisfeito, e levou daqui, por certo, a mais lisongeira, a mais grata impressão.

Não houve distinções, nem de partidos nem de classes. **Lá estavamos todos: os dissidentes, os progressistas, os regeneradores-liberaes, toda a familia politica de preponderancia na terra, unida no mesmo pensamento, com o mesmo ardor, o mesmo entusiasmo, como se fôra sob a mesma bandeira, afirmando a sua dedicação á causa da monarquia, que é a causa da Patria e da Liberdade.**

Esta segunda visita oficial de el-rei ao norte, marca na sua historia, na historia da nação, algumas paginas mais de **verdadeiro triunfo.**

Por que o sr. D. Manuel II prosiga conquistando novos lonros, firmando no amor do povo os alicerces do seu trono, **são os nossos, são os mais sincéros votos de toda esta formosa região da beira-mar.**

Mais uma vez e **em nome do prestigioso grupo politico que nos honrâmos de representar na capital dêste distrito, bradâmos a toda a força do nosso entusiasmo e das nossas convicções:**

Viva el-rei!

(Campeão das Provincias,
de quarta-feira 7 de julho de 1909.)

PROVAS Á VISTA

mas que não foram enxergadas por quem tinha restrita obrigação de as vêr

NÓS E O HOMEM DAS ISENÇÕES

AOS CONGRESSISTAS REPUBLICANOS

Documento n.º 1

Eu, a rogo assináado, Manuel Marques da Silva, ou Manuel da Silva, vulgarmente conhecido por Manuel Cantador, *casado, proprietario, morador em Verdemilho, freguezia de Arada dêste concelho de Aveiro, de minha livre e expontanea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma e perante as testemunhas abaixo designadas, declaro o seguinte: no mez de Julho ultimo foi inspeccionado pela Junta de Inspecção, nésta cidade de Aveiro, e para o serviço militar, o mancebo Manuel Marques da Silva, recenciado no presente ano pela freguezia de Arada para o mencionado serviço. Este mancebo foi isento por aquéla Junta defenitivamente daquêle serviço. E tendo eu, declarante, procurado poucos dias depois da inspecção o doutor Manuel Pereira da Cruz para lhe agradecer a sua interferencia, por êle prometida, perante a Junta referida para obter a isenção do filho dêle, declarante, néssa ocasião, o declarante, que já na vespera da inspecção tinha presenteado o doutor Pereira da Cruz, perguntou ao mesmo medico quanto lhe devia de seus serviços, ao que o referido medico doutor Pereira da Cruz respondeu que* **o costume eram cincoenta mil reis.** *O declarante achou caro e pediu um abatimento, conseguindo, depois de algum tempo, lhe fossem abatidos cinco mil reis* **entregando** *então a quantia de* **quarenta e cinco mil reis.** *E por ser verdade tudo quanto exposto fica, vai o presente, depois de ser lido em voz alta perante mim e ditas testemunhas, ser assináado por éstas, indo a meu rogo assináado, por eu não saber lêr nem escrever, por Bernardo de Souza Torres, casado negociante.*

Aveiro, vinte de agosto de mil novecentos e doze.

A rogo: Bernardo de Souza Torres. Testemunhas: Manuel Martins Bastos, Julio Diniz.

(Segue-se o reconhecimento e outras formalidades da lei, pelo notário dr. André dos Reis.)

Documento n.º 2

José Nunes Coelho, viuvo, proprietario, morador no Bomsucésso, freguezia de Arada dêste concelho de Aveiro, de sua livre e expontanea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma e perante as testemunhas abaixo designadas, declara que, tendo um filho de nome José Nunes Coelho, que entrou na inspecção para o serviço militar no ano de mil novecentos e quatro, se dirigiu por éssa ocasião e a conselho dum amigo ao medico Manuel Pereira da Cruz para o efeito de o livrar de entrar nas fileiras do exercito visto ser considerado como um bom empenhō perante a junta dêsse tempo. Uma vez apresentado ao referido medico contratou com êle efectivamente o livramento do rapaz **mediante a quantia de cincoenta mil reis** *que, dias depois,* **depositou nas suas mãos.** *O rapaz, porém, tendo ido á inspecção não ficou livre, como o declarante esperáva, mas sim apurado para cavalaria valendo-lhe o não ter ido para militar o numero alto que a seguir tirou, segundo lhe parece o vinte oito. Nésta conformidade dirigiu-se a casa do medico Manuel Pereira da Cruz a participar-lhe o sucedido dizendo-lhe aquêle que já sabia, mas que havia de averiguar como aquilo tinha sido tocádo; e puchando dos cincoenta mil reis entregou-os de novo ao declarante que lhe perguntou quanto lhe tinha a dar pelo atestado que êle, Pereira da Cruz, havia passado ao dito seu filho para este entregar á Junta. O sr. Manuel Pereira da Cruz respondeu-lhe que custáva* **tres mil reis** *mas ële, declarante, achava-se tão satisfeito por o seu filho ter livrado pelo numero que lhe deu mais cinco tostões entregando-lhe por isso, pelo referido atestado,* **tres mil e quinhentos reis.** *E por ser verdade tudo quanto exposto fica, vai o presente, depois de ser lido em voz alta perante mim e ditas testemunhas, ser assinado por cstas e o declarante.*

Aveiro, trinta de agosto de mil novecentos e doze.

(a) *José Nunes Coelho*

Testemunhas:

Antonio Tavares Lebre
Alberto João Rosa
José Migueis Picado Junior
Amandio Ribeiro da Rocha
Francisco Matos Junior

(Segue-se o reconhecimento e outras formalidades da lei, pelo notario dr. André dos Reis.)

Os abaixo assinádos, membros da Junta de Paroquia de Aradas, concelho de Aveiro, reunidos em sessão de 16 do corrente mez e sendo-lhes requerido nos termos acima, delibéram por unanimidade atestar, sob sua honra, o seguinte:

Que José Nunes Coelho, morador no logar do Bomsucésso, é considerado em toda a freguezia como um homem digno, sério, honésto e verdadeiro, incapaz de qualquer incorrecção pela qual o possâmos julgar doutra maneira; podendo ainda acrescentar que pelas suas acções nobres e generosas gosa do respeito e estima de toda a freguezia onde é assás apreciado;

Que Manuel Marques da Silva, tambem conhecido por *Manuel Cantador*, morador em Verdemilho, é tambem um

cidadão muito considerado pela sua seriedade, caracter e honradez, não constando que até hoja tenha desmerecido do conceito em que é tido por toda a gente. Reforçando o que afirmâmos está o facto de o agrupamento cultual désta freguezia o ter escolhido para depositário de todos os objectos do culto e guarda da egreja matriz sob a sua jurisdição.

E por verdade, mandâmos escrever o presente, que assinâmos.

Sala das Sessões da Junta de Paroquia de Aradas, 16 de Março de 1910.

(a) **Antonio Tavares Lebre, José de Almeida Vidal, Joaquim dos Santos Neves, José dos Santos Ferrão e Manuel Simões Morgado**

(Segue-se o reconhecimento)

Os abaixo assinados, todos moradores na freguezia de Aradas, concelho de Aveiro, declaram terem tido sempre no melhor conceito os cidadãos José Nunes Coelho e Manuel Marques da Silva, este conhecido tambem pelo *Cantador* que são considerados homens dignos e honestos, incapazes de faltarem á verdade ou cometerem actos imorais pelos quais se ponha em dúvida a sua reputação.

Aradas, 23 de Março de 1913.

Alberto João Rosa, Antonio Rosa Martins, Joaquim Dias Batista, Amandio Ribeiro da Rocha, José da Rocha Ribeiro, Manuel Sarrico Deus, José Maria da Rosa, Antonio Simões Sarrico, Amadeu Catarino da Silva, Manuel Nunes de Paiva, João Simões Sarrico, Manuel Dias Batista, Antonio Bartolomeu Ramos, Antonio dos Santos Furão, José Maio, Francisco Marques Dias, João Manuel Ascenço, João Nunes de Castro, Manuel Francisco Paroco, Antonio Fernandes Andril, Antonio Ascenço, Bernardo Fernandes Grego, Antonio de Oliveira, Francisco de Oliveira, Jacinto de Oliveira, Francisco Gonçalves Andril, José Joaquim da Cruz, Carlos da Cruz, David Nunes da Rocha, Fernando de Almeida Vidal, Antonio Matos Ferreira, Gabriel Simões de Oliveira, Serafim Simões de Oliveira, João Nunes de Oliveira, José Marques Novo, José Marques dos Santos, Manuel Germano Simões Ratola, Gabriel Fernandes, Casimiro Ascenço, José João Ascenço e Francisco da Silva.

(Segue-se o reconhecimento)

Uma resposta

O *Mundo* publicou na quarta-feira a seguinte carta do nosso director:

Sr. redactor

Em conformidade com a minha carta ha pouco escrita anunciando a resposta á que o *Mundo* de domingo publicou do sr dr. Barbosa de Magalhães, venho, se mo permite, esclarecer os seus numerosos leitores do que se passa sobre o caso do medico Pereira da Cruz que negociava, por dinheiro, o livramento de mancebos do serviço militar e que é, em resumo, o seguinte:

Efectivamente o tenente medico miliciano Pereira da Cruz não fazia agora parte de nenhuma junta medica de inspecção o que só aconteceu ha uns 20 anos ou mais em que fez serviço com o sr. dr. Ernesto Lencastre, hoje medico militar aposentado, que para ilibar o seu nome de quaisquer suspeitas pouco honrosas, declarou ao presidente não mais tornar a servir com esse medico por lhe constar ter êle o habito de receber dinheiro dos inspeccionados, para os isentar. A este respeito tenho em meu poder um valioso documento que reservo á publicação nas colunas do *Democrata*, escrito e assinádo por um jurisconsulto de reputação em todo o distrito de Aveiro e que me hade servir de prova, juntamente com outros, para repelir o afrontoso epiteto de caluniador com que as creaturas mais desonéstas da minha terra me querem classificar. Falta, portanto, á verdade o sr. Barbosa de Magalhães quando afirma que Pereira da Cruz nunca fez parte de nenhuma junta medica de inspecção. Fez e assinalou-se desde logo o cavalheiro que tem sido até este momento.

Quanto ao facto de não ter feito qualquer pedido aos oficiais que este ano constituiam a junta medica do distrito de recrutamento n.º 28, é verdade isso. Pereira da Cruz não pediu a esta junta nada como de resto não pedia a nenhuma outra.

Contudo negociava com os mancebos o seu livramento fazendo-se passar por bom empenho junto dos inspeccionadores, *seus colégas da tropa*, o que ainda agráva mais a situação do famigerado medico.

Foi sabendo isso, sr. Barbosa de Magalhães, que a junta de Ilhavo, depois de ter colhido os elementos indispensaveis, protestou perante o seu superior e perante o então governador civil dêste distrito, o tenente da armada, sr. Ribeiro de Almeida, contra o ínfame trafico das isenções por representar uma exploração ignobil e envolver, pondo-a em cheque, a reputação de homens dignos, militares briosos, incapazes de se mancomunarem com quem quer que fôsse para a prática de actos ilicitos que aviltam, deprimem e desonram. E foi em vista disso, sr. Barbosa de Magalhães, que eu, conhecedor do que se passava, encetei nas colunas do *Democrata* sem outro intuito que não fôsse o de morigerar os costumes, saneando, a campanha em que venho empenhado ha perto de oito mezes porque me confrange que a Republica navégue nas mesmas aguas da monarquia, não se respeitando a moralidade, base essencial para a consolidação das novas instituições, argumento dos mais poderosos de que os caudilhos se serviam para combater o trono e os partidos em que êle se apoiava.

Não queira o sr. Barbosa de Magalhães que assim procedesse e de aí a sua carta, a sua atitude que, deixe-me dizer-lhe, não estranho. O sr. Barbosa de Magalhães, republicano de 5 de Outubro apenas, acostumado á politica de corrilho que tinha por unico objectivo o arranjo pessoal, é de aqueles que, não podendo ser superior o feítio que os domina, mais hão-de comprometer o regimen e com ele o grupo em que se acharem filiados. Se assim é ou não, vê-se. Este caso Pereira da Cruz, que o sr. Barbosa de Magalhães embrulhou e quer a todo o pano liquidar com honra para esse medico prevaricador, que é seu tio, traz já em alvaroço não só os elementos democraticos de uma cidade, mas de todo um distrito, que sabem ser verdadeiras as acusações do *Democrata*, e pretendiam vêr distribuir justiça por egual—ao medico Pereira da Cruz como ao *Melro*, ao *Cancélas* e ao *Sarrilhas*, tres réus do mesmo crime que na comarca de Oliveira de Azemeis fôram julgados e condenádos a prisão porque não tivéram, talvez, quem os protegesse, um Barbosa de Magalhães que lhes cobrisse as imoralidades com a mesma capa da misericordia de que se serve para acudir ao *correligionario* que, com tanta desfaçatês, se inculca *homem politico, politico republicano e republicano democratico!*

Pobre *Melro!* Pobre *Cancélas!* Pobre *Sarrilhas!* E lembrar-me eu que foi em virtude da campanha do *Democrata* que esses desgraçados caíram no laço! Mas não me arrependo. O juiz dos meus actos é a minha consciencia e éssa diz-me que para a frente é que é o caminho. Não tenho odio ao sr. Pereira da Cruz, que era para mim uma pessoa indiferente. Nunca por odio, inimisade pessoal, foi levantada qualquer campanha nas colunas do jornal que dirijo. Esses processos jornalisticos pertencem exclusivamente a determinada familia que o sr. dr. Barbosa de Magalhães muito bem conhece e o público aveirense classificou um dia num gésto de repulsão.

De resto o sr. Barbosa de Magalhães falta ainda á verdade quando alude a uma conversa tida com o deputado Marques da Costa sobre o mesmo crime atribuido a outro medico. O dr. Marques da Costa não lhe podia ter dito que o *Democrata* nada escrevera nem dêsse outro caso tratara. Isso é uma invenção pura e simples do defensor do sr. Pereira da Cruz e nada mais. Porque o dr. Marques da Costa era incapaz de faltar á verdade. O *Democrata* falou e falou alto, como costuma, em mais que um numero, posto que se tratasse de um amigo de infancia envolvido, segundo era voz corrente, em delito identico ao do tenente medico em questão. Mas eu sei onde o sr. Barbosa de Magalhães quer chegar. Não o consegue porque lhe conheço as manhas e as intenções...

Quanto ao mais que na carta se contém, devo dizer, por ultimo, ao sr. Barbosa de Magalhães que o *Democrata* se orgulhou sempre de vêr contra si concitados os odios dos corrutos, sinal de que com eles não quer nada. Não tenho eu, que o dirijo, cotação social? Sim, é possivel. Cotação social tem-na toda o sr. Pereira da Cruz e é bom que faça monopolio déla. Ele e os companheiros. A mim basta-me aquéla que provém de uma vida de trabalho honésto, de uma vida que podendo ser desafogada pela prática de indignidades, crimes ou coisa semelhante, não o é contudo porque, homem duma só cara, ao ideial republicano tenho dedicado quasi todo o tempo, com o maior desinteresse, abnegadamente, lutando sempre pelos bons principios, que é isso o que o sr. Barbosa de Magalhães nunca fez.

Agradecendo, sr. redactor, a publicação désta carta, que exceDeu um pouco o comprimento que lhe queria dar, subscrevo-me com toda a consideração.

De V. Ex.ª

At.º vendr.º e obrig.º

Aveiro, 31 de Março de 1913.

Arnaldo Ribeiro

P. S.—No Congresso de Aveiro direi ainda ácêrca dêste caso o que julgo dever dizer aos meus correligionarios—*A. Ribeiro.*

Objéto de ouro

Achado no domingo, na Feira de Março, entrega-se a quem der sinais cértos.

Nésta redacção se diz.

Albano de Mélo

O corpo docente do liceu désta cidade manda no proximo domingo resar uma missa pelas 9 horas na egreja da Mizericordia sufragando a alma daquêle cidadão.

Concerto

Promovido pelo *Centro Republicano* realizou-se na quarta-feira o espetaculo aqui anunciado para segunda, resultando brilhante pelos inumeros atrativos que para êle concorreram.

Todos os interpetres da parte cenica receberam os aplausos do público que enchia o teatro, especialisando, todavía, Augusta Freire e Aurelio Costa, que nos recordaram o passado com a maior das saudades.

A grande orquestra do *Club dos Galitos*, houve-se tambem á altura, agradando sobremaneira.

A absoluta carencia de espaço inhibe-nos de dar mais circunstanciado relate.

Necrología

Na sua casa da rua do Carmò deixou de existir na madrugada de quarta-feira, a sr.ª D. Izabel Soares Luz esposa e irmã dos nossos presados amigos srs. Antonio Pereira da Luz (Valdemouro) e João Pedro Soares.

Era uma senhora ainda nova e geralmente estimada no meio social em que vivia, causando por isso o seu permaturo passamento funda impressão. Deixa tres creancinhas na orfandade.

A todos os que a choram e em especial a Antonio Luz, a expressão das nossas sincéras condolencias.

O nosso director ocupar-se-ha no Congresso Republicano, que ámanhã inicia os seus trabalhos nésta cidade, das imoralidades que se praticávam nêste distrito com as isenções do exercito, mediante quantias várias, e nomeadamente do caso do medico Pereira da Cruz principal agente de tão asqueroso negocio.

Vida parlamentar

Um telegrama do dr. Marques da Costa

Alguns jornais de Lisboa, entre êles o *Mundo*, a *Patria* e o *Intransigente*, inseriram no sábado o seguinte telegrama que lhes enviou o nosso presado amigo dr. Marques da Costa:

«Na interpelação por mim feita ontem na Câmara dos Deputados ao ex.mo ministro da Guerra não só provei o erro praticado pelo general da 5.ª divisão, mandando arquivar o auto de investigação contra o tenente-medico miliciano Pereira da Cruz, acusado de contratar com varios mancebos o seu livramento mediante quantias varias porque nos referidos autos existem as provas do crime, mas tambem me referi á sindicancia feita ao tenente-medico de cavalaria 8, acusado do mesmo crime, declarando que nem pelos depoimentos das testemunhas ouvidas nem pelo relatorio do sindicante, capitão Salgado, se podia concluir a inteira inocencia do acusado, pelo que esperava se mandasse levantar o auto de investigação.

Conformando-me com as explicações do sr. ministro da Guerra, declarei confiar na honestidade do Ex.mo comandante da 5.ª divisão militar, unica entidade competente para resolver nêste caso, esperando que S. Ex.ª mandasse instaurar o sumario da culpa ao auto que se refere ao tenente miliciano e mandasse proceder a auto de investigação no caso referente ao medico de cavalaria 8, mostrando ao mesmo tempo ao Ex.mo ministro da Guerra que este oficial não podia ser nomeado para serviço de inspecção emquanto não se apurasse inteiramente a verdade, pelo menos no distrito de Aveiro.

São estes os esclarecimentos que eu peço a V. Ex.ª publique no seu jornal para que não possam ser atribuidos a uma questão sómente de moralidade—intuitos politicos ou pessoaes.

(a) **Marques da Costa**

Deputado da Nação

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

Anuncios

Venda de propriedades

Quem desejar comprar as ruinas de umas casas altas de habitação, com terreno de quintal e suas pertenças, sitas na Cale da vila, da Gafanha;

uma azenha de moer milho com seu engenho dentro, ribeiro com suas aguas e terrenos e mais pertenças, denominada *Azenha da Ponte de Páu*, sita na Fonte do Lila, freguezia de Arada e

um ribeiro tambem sito na Fonte do Lila, que confina do norte com a estrada de Aveiro a Ilhavo, do sul com herdeiros do Visconde de Valdemouro, do nascente com os herdeiros de Miguel Ferreira de Araujo Soares e do poente com a estrada de Sacovão;

predios que pertencem a José João Bolaes (o Monica) de Vilar

Queira dirigir-se ao Presidente da Direcção da Caixa Economica de Aveiro, por carta fechada, onde declare o predio que pretende e o preço que oferece.

As cartas serão abertas no dia 20 do proximo mez de abril, ás 11 horas da manhã, no escritorio da Caixa Economica.

A Direcção, de acordo com o proprietario, reserva-se o direito de não fazer a adjudicação, desde que os preços oferecidos não ultrapassem as avaliações que serão patentes no acto da abertura das cartas.

Aveiro 29 de Março de 1913.

Editos de 30 dias

(1.ª publicação)

Por este Juizo de Direito e cartorio do escrivão do terceiro oficio—Albano Pinheiro,—nos autos de inventário orfanologico a que se procede por obito de Manuel Francisco Sereno, casado, morador que foi nas Quintãs, freguezia da Oliveirinha, désta comarca, e em que é inventariante a viuva daquêle Manuel Francisco Sereno, Roza Francisca, residente naquêle mesmo logar e freguezia, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e ultima publicação do respectivo anuncio, a citar o interessado José Estrela, casado, sobrinho do inventariado, auzente em parte incerta nos Estados-Unidos do Brazil, para assistir a todos os termos até final do referido inventario, isto sem prejuizo do seu andamento.

Para os efeitos legaes se declara que as audiencias nêste juizo se fazem todas as segundas e quintas-feiras de cada semana, não sendo tais dias feriados, pois sendo-o *tais dias feriados digo*, pois sendo-o, terão logar nos imediatos sempre por onze horas, no Tribunal Judicial désta comarca, sito na Praça da Republica désta cidade de Aveiro.

Aveiro, 25 de Março de 1913.

O escrivão do 3.º oficio,

Albano Duarte Pinheiro e Silva.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão